



BAHAMAS SUPERMERCADO BAHAMAS S/A CNPJ nº 17.745.613/0001-50 GRUPO BAHAMAS

Table with 6 columns: ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em R\$ mil). Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários, Receita operacional líquida, etc.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: O Supermercado Bahamas S.A. ("Companhia") é uma Companhia constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Juiz de Fora - MG, subdividida em 79 (setenta e nove) pontos operacionais, tendo como principais atividades: comércio varejista e atacadista em geral, com predominância de produtos alimentícios. 2. GOVERNANÇA CORPORATIVA: A Companhia aprimora constantemente suas práticas de governança corporativa. A Administração entende que o bom relacionamento com seus clientes e fornecedores contribui para melhorar não apenas a imagem da Companhia, mas também seu desempenho operacional. Em linha com as boas práticas de governança corporativa, a Companhia preza pela qualidade das informações levadas ao mercado, privilegiando a transparência e tornando mais robusto e efetivo o relacionamento com partes relacionadas dentro da sua área de atuação. 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras são preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto a determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. A Administração considera que a Companhia possui recursos para manter seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas em suas respectivas notas explicativas. A Administração da Companhia, também, aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCP 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que de fato auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas na gestão do negócio. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 09 de abril 2024. 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para risco de perdas de crédito, inclusive as estimadas, provisão para desvalorização de estoques, impostos de renda diferidos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas anualmente. As principais estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas demonstrações financeiras dizem respeito a: • Nota Explicativa nº 10 - Valor realizável líquido dos estoques; • Nota Explicativa nº 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucros tributáveis futuros; • Nota Explicativa nº 13 - Arrendamentos; • Nota Explicativa nº 22 - Mensuração de provisões para riscos e outras provisões relacionadas aos negócios, às principais premissas sobre a probabilidade e escala de qualquer saída de recursos. b) Moeda Funcional e de apresentação: i) Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual elas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. ii) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado corrente. c) Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais nestes instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação de ativos financeiros: Os instrumentos financeiros que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: "O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto Os instrumentos financeiros que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingir ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. j) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Resultado financeiro" (Nota Explicativa nº 28). ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide itens (i) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros e patrimônio líquido (Classificação como dívida ou patrimônio líquido): Os instrumentos de dívidas e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Instrumentos patrimoniais: Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão. A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia. Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado: Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. tiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o exercício correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro. d) Caixa e Equivalentes de Caixa: Abrangem numerários em espécie e contas bancárias disponíveis. Equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de noventa dias ou menos, constituídos de títulos de alta liquidez, prontamente convertíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo demonstrado pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superior ao valor de mercado. e) Contas a receber: As contas a receber correspondem, em sua maior parte, a contas a receber de atividades de venda, provenientes da venda de atacado e varejo e recebíveis de cartões de crédito. Representam instrumentos financeiros ativos classificados como "custo amortizado". As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável), incluindo os respectivos impostos diretos sob os quais a Companhia é responsável. De acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, as contas a receber vendidas são desreconhecidas quando a Companhia entrega o controle e transfere para o comprador substancialmente todos os riscos e benefícios associados. f) Estoques: Os estoques estão avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem de seu valor recuperável líquido. g) Imobilizado: O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 14 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os custos subsequentes são incluídos ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo em separado, conforme apropriado, somente quando esses ativos aumentam a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros do item do ativo imobilizado a eles incorporados, não superando seu valor recuperável e que possam ser medidos de forma confiável. Entende-se como valor recuperável o maior valor entre o valor de uso e o valor justo do item do ativo imobilizado. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem. h) Arrendamentos: Direito de uso em arrendamento: O CPC 06 (R2) entrou em vigor para exercícios anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019, substituindo o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos, podendo ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários são requeridos a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no exercício em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa tanto na mensuração inicial quanto na mensuração de taxas nominais observáveis. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia não aplica o CPC 06 aos seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo contratual seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também não aplica a supracitada norma a arrendamentos de baixo valor como equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa no resultado do exercício. j) Passivo circulante e não circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente da transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. j) Provisões: Uma provisão é reconhecida nas demonstrações financeiras quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. k) Imposto de renda e contribuição social: Tributos correntes: A Companhia apura o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando aplicável sua relação com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando serão reconhecidos em outros resultados abrangentes. O cálculo dos tributos sobre a renda está baseado no lucro real tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto sobre a renda é calculado com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício da seguinte forma: • Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240; • Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): à alíquota de 9%. A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. Impostos diferidos: Os tributos diferidos ativos e passivos quando existentes, são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das incluições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente. São calculados às mesmas alíquotas dos tributos correntes, os quais são esperadas no momento de sua realização. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar as autoridades fiscais. l) Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o

(...) CONTINUAÇÃO (...) SUPERMERCADO BAHAMAS S/A-CNPJ nº 17.745.613/0001-50

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Cartão de Crédito, Cartão de Débito, Vale Alimentação e outros, Total.

As operações com cartões são descontadas a uma taxa média de 1,30% por natureza de crédito, 0,61% de débito e 1,91% de vale refeição em 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022 os percentuais foram 1,24%, 0,94% e 2,00%, respectivamente).

b) Composição de saldos por relevância de operação: Operações de crédito

Table with columns: Operações de Crédito, 2023, 2022. Rows include Mastercard, Visa Créd., Bahamas Cred, Outros.

Operações de débito

Table with columns: Operações de Débito, 2023, 2022. Rows include Cielo S.A.- Maestro Débito, Visa Débito, Cielo S.A.- Elo Débito.

Operações com vale alimentação

Table with columns: Operações com Vale Alimentação, 2023, 2022. Rows include Cia Brasileira de Soluções-Áleo, Policard, Ticket Alimentação Eletrônico, Outros.

8. CONTAS A RECEBER: As contas a receber podem ser assim demonstradas:

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Clientes nacionais.

As verbas comerciais incluem acordos comerciais e descontos obtidos de fornecedores. Esses montantes são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include ICMS a recuperar, Outros créditos tributários, COFINS a recuperar, PIS a recuperar.

Circulante, Não circulante

10. ESTOQUES

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Mercadorias para Revenda, Mercadorias a Classificar.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há estoques dados em garantia pela Companhia.

11. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Adiantamento a fornecedores, Adiantamento de Férias, Provisão para perdas adiantamentos, Empréstimos a Funcionários.

12. TRIBUTOS DIFERIDOS

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Ativos diferidos: IRPJ diferido, CSLL diferido.

Passivo diferidos

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include IRPJ diferido, CSLL diferido.

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

13. ARRENDAMENTOS: A Companhia

arrenda, substancialmente, imóveis e aeronaves, utilizados em suas atividades operacionais e a vigência dos contratos tem média equivalente a 120 meses.

Esses contratos são anualmente corrigidos pelos índices acordados entre as partes para que possam refletir os seus valores de mercado.

As taxas utilizadas para realização da mensuração do valor presente desses contratos foram apuradas com base em juros livres de risco observados no mercado brasileiro, à taxa de 0,46% ao mês para imóveis e 0,48% ao mês para aeronaves.

Os principais impactos do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras são apresentados a seguir: a) Efeitos no ativo

Ativo de direito de uso em 31 de dezembro de 2021

Table with columns: Descrição, Valores. Rows include Adições, Amortização, Ativo de direito de uso em 31 de dezembro de 2022.

b) Efeitos no passivo

Passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2021

Table with columns: Descrição, Valores. Rows include Adições, Pagamentos, Juros apropriados, Passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2022.

Passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2023

Table with columns: Descrição, Valores. Rows include Adições, Pagamentos, Juros apropriados, Passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2023.

14. IMOBILIZADO: O ativo imobilizado da Companhia é empregado exclusivamente

nas operações relacionadas ao comércio atacadista e varejista dos produtos adquiridos, serviços de logística de distribuição de mercadorias e demais atividades descritas no contexto operacional.

A apresentamos abaixo a movimentação do custo do ativo imobilizado líquido ocorrida em 2023, 2022 e 2021:

Table with columns: Descrição, 2023, 2022, 2021. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Adições, Baixas, Depreciação, Saldo em 31 de dezembro de 2022.

15. INTANGÍVEL

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Adições, Amortização Impairment, Saldo em 31 de dezembro de 2022.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Os valores constantes nesta rubrica se referem

contratos de capital de giro captados, leasings financeiros e FINAMES, que podem ser assim representados: 16.1 Composição dos Empréstimos e Financiamentos

Table with columns: Taxas %, Vencimento, 2023, 2022. Rows include Banco do Brasil, Banco Bradesco, Banco Itaú S/A, Banco Santander, Banco Safra, Banco Mercedes, Banco BDMG, Banco Siccoob, Consórcios.

Circulante, Não circulante

Cláusulas restritivas: De acordo com os contratos de empréstimos e financiamentos,

a Companhia obriga-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas ("covenants") sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida tais como manutenção de garantias, títulos protestados em nome da Companhia, encerramento de conta depósito no banco, solicitação de recuperação judicial, contratação de seguros obrigatórios, fianças, entre outros.

Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas.

Garantias: Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais dos diretores, hipotecas, notas promissórias e duplicatas mercantis. 16.2 Cronograma de Pagamentos: O cronograma de pagamento dos saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023 e os respectivos valores nominais são como segue:

Table with columns: Descrição, 2024, 2025, 2026 em diante. Rows include Banco do Brasil, Banco Bradesco.

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Banco Itaú S/A, Banco Santander, Banco Safra, Banco BDMG, Banco Siccoob, Consórcios.

16.3 Movimentação de Empréstimos

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Saldo em 1º de janeiro, Captações, Apropriação de juros, Pagamento de juros, Pagamento de principal.

17. FORNECEDORES

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Mercadorias Nacionais, Mercadorias Internacionais, Serviços.

(i) Os fornecedores internacionais são oriundos de mercadorias importadas, principalmente bebidas e especiarias. Os registros são realizados no momento da realização do documento de exportação autorizado pelo país de origem, na entrada da mercadoria no país, de acordo com a modalidade de transporte.

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include COFINS recolher, ICMS a Recolher, IRRF serviços prestados, Outros tributos.

19. PARCELAMENTOS FISCAIS: Os parcelamentos fiscais podem ser assim demonstrados:

Table with columns: Taxas %, Vencimento, 2023, 2022. Rows include PIS, COFINS, INSS, ICMS.

Circulante, Não circulante

O cronograma de pagamento dos saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2023 e os respectivos valores nominais são como segue:

Table with columns: Descrição, 2024, 2025, 2026 em diante. Rows include COFINS, PIS, INSS, ICMS.

Movimentação de Parcelamentos

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Saldo de Parcelamentos em 2022, (+) Adições, (+) Juros incorridos, (-) Pagamento principal, (-) Pagamento juros.

Saldo de Parcelamentos em 2023

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Prov. Férias, Salários, INSS recolher, Prov. INSS s/ férias, Prov. Prêmio, FGTS recolher, Prov. FGTS s/ férias, Outras.

21. DEBÊNTURES: Data de Emissão: a data de emissão das Debêntures é o dia 30 de

outubro de 2019. Conversibilidade: As Debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão da emissora. Especie: As Debêntures são da espécie com garantia real e com garantia adicional fiduciária. Tipo, Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures: As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelares ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será comprovada pelo extrato expedido pela B3 em nome do Debenturista. Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures terão o prazo de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, de forma que vencerão no dia 30 de outubro de 2025 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado da totalidade das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão; Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$1 (mil reais), na Data de Emissão; Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures: O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 3,30% ao ano ("Remuneração").

As debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants"), que, em caso de descumprimento, podem resultar no vencimento antecipado das obrigações. Na data destas demonstrações financeiras, a Administração entende que atendeu aos requerimentos de todas as cláusulas restritivas.

22. PROVISÃO PARA RISCOS: A Companhia é parte em ações judiciais e processos

administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável. A provisão para riscos, classificadas como perda provável, está apresentada a seguir:

Table with columns: Taxas %, Vencimento, 2023, 2022. Rows include Debêntures, Circulante, Não circulante.

Cronograma de Pagamentos: O cronograma de pagamento dos saldos de debêntures

Table with columns: Descrição, 2024, 2025. Rows include Debêntures, Total.

Movimentação debêntures

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Saldo de debêntures em 2022, (+) Adições, (+) Juros incorridos, (-) Pagamento principal, (-) Pagamento juros.

23. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Adiantamentos p/ futuro aumento de capital

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital se referem a aporte realizados por acionistas na Companhia que irão, de acordo com o planejamento estratégico, aumentar seu capital. 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: O Capital Social é de R\$100.000 e está representado por 99.999.986 ações ordinárias e 14 ações preferenciais, todas nominativas. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, controlado integralmente por investidores brasileiros, é representado por ações no valor de R\$1,00 (um real), demonstrado como segue:

Table with columns: Descrição, 2023 em R\$, 2022 em R\$. Rows include Ações Ordinárias, Ações Preferenciais, Total.

b) Reserva legal: Em cumprimento as obrigações estatutárias, a reserva legal foi constituída

ao percentual de 5% do lucro líquido quando apurado até o limite de 20% do Capital Social.

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Reserva Legal, Total.

c) Dividendos: Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária brasileira e o estatuto da Companhia. Para o exercício de 2023 os dividendos foram

calculados como segue:

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Lucro líquido do exercício, Reserva legal (5%), Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, Dividendos mínimos obrigatórios (25%).

A Administração da Companhia opta pela utilização dos benefícios fiscais relacionados com o pagamento de juros sobre o capital próprio. Assim sendo, como parte dos dividendos mínimos obrigatórios, a Administração, conforme previsto no Estatuto, realizou pagamento de juros sobre o capital próprio no total de R\$14.302 (R\$13.219 em 2022). Adicionalmente, a Companhia distribuiu a quantia de R\$13.368 (R\$53.618 em 2022) a título de dividendos. d) Juros sobre o capital próprio: De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$14.302 (R\$13.219 em 2022). O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$4.863 (R\$3.823 em 2022), aproximadamente, em decorrência da dedução dos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas. 25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA: A principal receita da Companhia é a com venda de mercadorias, conforme demonstrado a seguir líquidas de devoluções, descontos concedidos e impostos incidentes:

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Receita operacional líquida, 26. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Custo da Mercadoria Vendida.

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquidas dos descontos e dos Acordos Comerciais recebidos de fornecedores, das variações nos estoques e dos custos de logística. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição. O Acordo Comercial recebido de fornecedores é mensurado com base nos contratos e acordos assinados entre as partes. O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. 27. DESPESAS OPERACIONAIS: A Administração das despesas administrativas e gerais da Companhia é efetuada por meio dos seguintes segmentos:

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Despesas trabalhistas, Despesas comerciais e operacionais, Outras despesas operacionais, Despesas administrativas, Despesas tributárias, Outras receitas operacionais.

27.1 Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas

correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras. 27.2 Despesas comerciais: As despesas comerciais compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, marketing, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito etc. Os gastos com marketing referem-se às campanhas publicitárias para cada segmento em que o Bahamas atua. Os principais meios de comunicação utilizados pelo Bahamas são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de Acordo Comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Despesas trabalhistas, Despesas comerciais e operacionais, Outras despesas operacionais, Despesas administrativas, Despesas tributárias, Outras receitas operacionais.

Despesas comerciais e operacionais

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Depreciações e Amortizações, Manutenção elétrica, Publicidade e marketing, Suprimentos e conservação, Transporte e logística, Aluguéis, condomínios comerciais, Manutenção e informática, Manutenção Civil, Manutenção eletromecânica, Outras.

Outras despesas operacionais

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Despesas de amortização IFRS16, Outras Despesas indevidáveis, Multas, Contribuições para riscos.

Despesas administrativas

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Honorários serviços de terceiros, Indenizações judiciais, Despesas com viagens, Contribuições a associações de classe, Despesa com aeronave, Outras.

Despesas tributárias

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include IPTU, ITBI, ICMS diferencial de alíquota, Outros tributos.

Outras receitas operacionais

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Ganho baixa arrendamentos, Receita sobre a venda de imobilizado, Recuperação de despesas, Outras.

28. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Receitas financeiras, Variação cambial ativa, Descontos obtidos, Renda aplicações financeiras, Outras receitas financeiras, Juros Ativos, Ganho Instrumentos Financeiros Swap.

Despesas financeiras

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Juros passivos s/ empréstimos e financiamentos, Juros passivos de arrendamento, Taxa administradoras de cartões, Taxa administrativa clicknet, Variação cambial passiva, Outras despesas.

Total Resultado financeiro líquido

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include 29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: A Companhia vem provisionando

as parcelas para o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro, mensalmente, obedecendo ao regime de competência. A composição da despesa com o Imposto de Renda e a Contribuição Social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include Lucro antes do imposto de renda, (+) Adições, (-) Exclusões, (-) Juros sob capital próprio, Base de cálculo imposto de renda, Imposto de renda, Adicional imposto de renda, Total imposto de renda, Alíquota efetiva imposto de renda, Lucro antes da contribuição social, (+) Adições, (-) Exclusões, (-) Juros sob capital próprio, Base de cálculo contribuição social, Contribuição social, Total contribuição social, Total imposto de renda e contribuição social correntes, Imposto de renda e contribuição social diferida, Leasing aquisição de aeronave, Arrendamentos CPC06, Base de cálculo imposto de renda diferido, Imposto de renda diferido, Adicional imposto de renda diferido, Total imposto de renda diferido, Base de cálculo contribuição social diferida, Contribuição social diferida, Total imposto de renda diferido, Total imposto de renda e contribuição social diferidos.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS: 30.1 Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos: A Administração dos instrumentos financeiros

detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles

**(...) CONTINUAÇÃO (...) SUPERMERCADO BAHAMAS S/A-CNPJ nº 17.745.613/0001-50**

internos, visando a liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas envolvidas para as quais as operações são efetuadas. A política de controle consiste no monitoramento constante das taxas contratadas versus com as vigentes no mercado, cujo objetivo final é a preservação das margens obtidas com a política definida em conjunto com as áreas operacionais envolvidas. **a. Risco de Taxa de Juros e Atualização Monetária:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados a taxa de juros flutuantes. Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes dos preços praticados não acompanham necessariamente os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia. Como forma de minimizar os efeitos das taxas de juros, a Companhia busca cumprir todas as suas obrigações no prazo acordado. Os riscos decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados são minimizados por meio de negociações de taxas de juros pré-fixadas. **b. Risco de Crédito:** As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A política de concessão de créditos aos clientes é constantemente

atualizada. A Companhia também contrata os serviços de escritórios especializados em cobrança, para gerir a carteira de inadimplentes. Revê, ainda, periodicamente, suas políticas de negociação com os inadimplentes, de forma a ampliar as possibilidades de quitação da dívida e, ao mesmo tempo, controlar possíveis atos de má-fé por parte dos seus clientes. **c. Risco de Mercado: I) Risco da Taxa de Juros:** O risco de taxa de juros da Companhia está associado às taxas do CDI e ao IPCA que são os indicadores dos principais financiamentos (Debêntures). **II) Gerenciamento de Risco da Taxa de Juros:** A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos, o qual não está protegido por instrumentos financeiros derivativos de hedge. A administração entende que os riscos são insignificantes já que as operações contratadas com taxas fixas e de médio prazo e que representam pouco impacto no resultado operacional dos negócios. Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a: • Caixa e equivalentes de caixa – (nota explicativa nº 5); • Cartões a receber – (nota explicativa nº 7); • Contas a receber diversos – (nota explicativa nº 8); • Passivos de arrendamentos (nota explicativa nº 13); • Empréstimos e financiamentos – (nota explicativa nº 16); • Fornecedores – (nota explicativa nº 17); • Operações com debêntures – (nota explicativa nº 21). Quando ocorrer ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente

registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o regime de competência. **III) Risco de vencimento antecipado de debêntures:** Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de debêntures da Companhia, as quais estão mencionadas na Nota Explicativa nº 16. **31. PARTES RELACIONADAS:** As transações entre a Companhia e suas partes relacionadas são realizadas com base em condições negociadas entre as partes. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentou os seguintes saldos e manteve as seguintes transações com partes relacionadas:

Despesas com aluguéis		31/12/2023	31/12/2022
JCMC Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.		518	391
D' Lopes Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.		678	543
As transações com partes relacionadas decorrem-se de: (i) Despesas com aluguéis (Passivo de arrendamento) de imóveis (lojas);			
Jovino Campos Reis	Paulo Roberto Lopes		
Diretor Comercial	Diretor Administrativo Financeiro		
Paulo César de Aquino Lima			
Diretor de Patrimônio e Contabilidade - CRC-MG 074.557/O			

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATÓRIO MG – 2024/064: Aos Acionistas e Administradores do Supermercado Bahamas S/A. Juiz de Fora-MG. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Supermercado Bahamas S/A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Supermercado Bahamas S/A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Supermercado Bahamas S/A. de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação

da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias,

mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 09 de abril de 2024.



**Gilberto Galinkin**  
Contador CRC MG-035.718/O-8  
**Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes**  
CRC MG-005.455/O-1

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FE12-3EBB-2C73-E877> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FE12-3EBB-2C73-E877



### Hash do Documento

9VPIFx6hfwMp9vvIdeM4/RJW3I58tTt16URZucG6uss=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 12/04/2024 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 12/04/2024 22:11 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

